

Licença não livra Jader de pressão pela renúncia de seu mandato

**Marcelo de Moraes e
Marluza Mattos**
De Brasília

A saída do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) da Presidência do Senado não impedirá a abertura da investigação no Conselho de Ética sobre as denúncias do seu envolvimento com irregularidades no Banpará, na Sudam e na negociação de Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Senadores governistas e de oposição acreditam que só a renúncia ao mandato encerrará no Congresso a polêmica em torno de Jader. Nesse caso, a continuação do seu processo se restringiria ao Ministério Público e Supremo Tribunal Federal.

Hoje, os partidos de oposição vão apresentar uma nova representação contra Jader junto à Mesa Diretora do Senado, aumentando a pressão pela renúncia. Será pedida nova investigação

sobre a denúncia de participação de Jader, em 1998, numa suposta cobrança de propina no valor de US\$ 5 milhões para liberação na Sudam de verbas de cerca de US\$ 40 milhões, em incentivos fiscais.

A representação incluirá também a denúncia de que Jader teria mentido em discurso no plenário do Senado, dia 16 de abril. Na ocasião, Jader afirmou constar de sua declaração de Imposto de Renda a negociação de compra da Fazenda Rio Branco, que pertencia a José Osmar Borges, acusado de ser um dos maiores fraudadores de verbas da Sudam. “São fatos que ocorreram durante o mandato do senador Jader e, por isso, devem ser investigados pelo Conselho de Ética. São denúncias gravíssimas”, afirma o líder do PPS, senador Paulo Hartung (ES), um dos autores da representação.

Na verdade, até mesmo os se-

nadores do PMDB ficaram frustrados com a decisão tomada por Jader de afastar-se apenas por 60 dias da Presidência. Esperavam que ele, no mínimo, renunciasse a esse cargo e tirasse licença do mandato de senador. Com a renúncia, os partidos poderiam convocar uma nova eleição imediatamente e reestruturar a Mesa Diretora do Senado, facilitando a eleição de um novo presidente do PMDB, partido que tem a maior bancada na Casa. Sem a renúncia, a presidência fica ocupada interinamente pelo pefelista Édison Lobão (MA), por ser o primeiro vice-presidente, até que Jader retorne. “E o pior é que, com o simples afastamento do cargo, fica aberta a porta até para Jader retornar à Presidência. Tem que haver uma solução definitiva para o caso”, lamenta um importante senador do PMDB.

Os senadores pefelistas fazem coro à necessidade de renúncia

de Jader, empurrados por um não admitido desejo de vingança, já que Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) — que travou uma longa e violenta briga política com Jader no Senado durante 13 meses — acabou sendo obrigado a renunciar.

O impacto do caso Jader no Senado será discutido na quarta-feira, numa reunião marcada por Édison Lobão com líderes dos partidos e presidentes das comissões da Casa. Nesse encontro também será definida a estratégia de retomada das votações no Senado. A agenda deverá incluir a Nova Lei de Sociedades Anônimas, a discussão sobre a Alca, financiamento público e Reforma do Judiciário. Lobão também propôs a criação de uma Comissão Mista Especial sobre Segurança para discutir a greve das PMs, a implantação da Guarda Nacional e o desarmamento da população.